

# LEITURA E ANÁLISE DIPLOMÁTICA DO LIVRO TOMBO III DA CATEDRAL DIOCESANA DE SANTA MARIA

Jonas Ferrigolo Melo\*  
Karin Christine Schwarzbold\*\*  
Eneida Izabel Schirmer Richter\*\*\*

## Resumo

O presente trabalho define-se como uma pesquisa com abordagem quantitativa descritiva, por analisar as características de um objeto de estudo, o Livro Tombo. Foi escolhido intencionalmente, como plano amostral, o Livro Tombo III da Catedral Diocesana de Santa Maria, por abranger a data de criação da Diocese desta cidade (1910). A partir da amostra podemos chegar ao objetivo da pesquisa: averiguar a existência ou não de regras para as anotações nos Livros Tombo. A análise do livro deu-se a partir de uma tabela pré-composta contendo tópicos referentes à partição analítica. A análise dos dados foi interpretada através de gráficos, para facilitar a visualização. Além disso, o trabalho apresenta o histórico da religião católica em Santa Maria (1777 a 1912), composto com dados extraídos do Livro Tombo analisado, sendo informações de caráter reservado a pesquisadores.

**Palavras-chave:** Diplomática. Partição analítica. Análise diplomática. Livro Tombo. Arquivo Eclesiástico.

## Abstract

This work is defined as a quantitative descriptive research, because it analyses the characteristics of a study object, the Registry Book (Livro Tombo). The Registry Book number III from the Diocesan Cathedral of Santa Maria was intentionally chosen as the sampling plan just because it covers the period from the creation date of the city Diocese (1910). From the sample we can achieve the research goal: to find out whether there are rules for annotations in Registry Books or not. The book analysis was made using a table containing pre-compound topics regarding the analytical partition. The data analysis was performed using graphics to make the visualization easier. Beyond that, the study presents the history of the Catholic religion in Santa Maria (1777-1912), built with the data extracted from the analyzed Registry Book, which information are of confidential nature available only for researchers.

**Keywords:** Diplomatic.Partition analysis. Diplomatic analysis. Registry Book. Ecclesiastical archive.

---

\* Arquivista do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Arquivista chefe de Divisão de Gestão Documental do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

\*\* [jonasferigolo@yahoo.com.br](mailto:jonasferigolo@yahoo.com.br) Arquivista graduada pela Universidade Federal de Santa Maria(UFSM) , trabalhou como Professora Substituta do Departamento de Documentação da UFSM. Mestre em Patrimônio Cultural (UFSM), Especialista em Gestão em Arquivos (UFSM) Atualmente é Arquivista na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Presidente da Associação dos Técnicos de Nível Superior da FURG ( ATENS/FURG). [kgenealogia@gmail.com](mailto:kgenealogia@gmail.com)

\*\*\* Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Santa Maria (1976) , graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1976) , especialização em História do Brasil Especialização pelo Centro Universitário Franciscano (1981) e mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Atualmente é Professor Adjunto 4 da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Ciência da Informação , com ênfase em Arquivologia. Atuando principalmente nos seguintes temas: luteranismo comunicação alemães. [eneida.schirmer@gmail.com](mailto:eneida.schirmer@gmail.com)

## I INTRODUÇÃO

No decorrer da milenar história da igreja católica, percebe-se múltiplas iniciativas pastorais referentes a patrimônio histórico. A memória dessas obras produzidas confirma, para a igreja, o esforço dos crentes em procurar esses bens, proporcionando a criação de uma cultura de inspiração cristã, a fim de promover integralmente a pessoa humana, tornando algo indispensável para sua evangelização. Além da produção desses bens culturais, a igreja veio a preocupar-se com a valorização pastoral, e conseqüentemente pela tutela daquilo que produziu, tendo a partir de então a missão de conservar essas produções através dos arquivos.

A Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, no Vaticano, produz inúmeras cartas circulares, que são enviadas a todos os Bispos do mundo. Em um dos trechos da carta circular “A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos”, publicada em fevereiro de 1997, diz:

*[...] os arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e factores de cultura para a nova evangelização. São, pois, um bem cultural de primeira importância, cuja peculiaridade está em registrar o percurso feito ao longo dos séculos pela Igreja em cada uma das realidades que a compõem. Enquanto lugares da memória, devem recolher sistematicamente todos os dados com que é escrita a articulada história da comunidade eclesial [...].*

O estudo documentado e não prejudicial do próprio passado torna a igreja mais “perita em humanidade”, pois faz conhecer a sua espessura histórica e, ao mesmo tempo, permite-lhe reconhecer-se na sua necessária, pluriforme e contínua obra de inculturação e aculturação. (VATICANO, 1997, p.5-6).

No intuito de incentivar a ação de conservar e valorizar a documentação arquivística eclesial desenvolveu-se esse estudo. Acredita-se, que com a utilização dos documentos conservados nos arquivos eclesiásticos, a comunidade cristã passará a dar maior valor ao material, tornando assim, sua preservação, uma atividade de suma importância, facilitando o acesso aos testemunhos documentais à comunidade em geral. Os arquivos eclesiásticos merecem atenção especial tanto sobre o aspecto histórico documental, como no espiritual. Por meio desses documentos, descreve-se a história das comunidades, acontecimentos em geral, batizados, casamentos, óbitos,

eventos religiosos, solicitações paroquiais. Estes registros são realizados pelos párocos de cada Paróquia. Assim, tornando-se instrumentos úteis para descrever histórias e referência para busca de informações sobre os diversos acontecimentos daquela comunidade.

Sendo assim, para que esses registros possam ser utilizados para pesquisa e, da melhor forma possível, reproduzir com clareza as informações, devem ser elaborados utilizando critérios como utilização de datas tópicas e cronológicas, como nome de pessoas envolvidas, entre outros dados indispensáveis que serão abordados nesta redação. A análise diplomática que se realizou no Livro Tombo número III, da Catedral Diocesana de Santa Maria, consiste em diagnosticar a presença ou não desses tópicos. A memória é um elemento essencial da identidade individual e coletiva de uma comunidade, sendo que a ausência de alguma informação consiste em uma lacuna na sua memória.

## **II HISTÓRICO DA DIOCESE DE SANTA MARIA**

A Comissão mista instalada nas terras da futura cidade de Santa Maria, em 1777, tinha um Capelão, Pe. Eusébio de Magalhães Rangel da Silva, que tratou logo de construir um oratório. Com a retirada da Comissão em outubro de 1801, foi desmontado o oratório e Pe. Eusébio de Magalhães retirou-se da cidade. A região passou a pertencer a Paróquia de Cachoeira onde o pároco, Pe. Inácio Francisco Xavier dos Santos, autorizava o deslocamento de religiosos para atender as necessidades espirituais dos cidadãos.

Pe. Antônio José Lopes, Coadjutor da Paróquia de Cachoeira, em julho de 1810, instituiu uma Capela em Santa Maria, porém não fora nomeada legalmente pela autoridade eclesiástica. Assim, os sacerdotes ainda tinham que se remeter a Matriz de Cachoeira para fins de batizados e casamentos.

Em 1835, inicia a Guerra dos Farrapos e ao mesmo tempo, por lei provincial nº 6 de 17 de novembro de 1837 é criada a Freguezia de Santa Maria da Boca do Monte, passando o curato a Paróquia, ou seja, deixando de ser Capela filial de Cachoeira para também se tornar Matriz. Mas esta elevação

não foi recebida pelos cidadãos com clamor, afinal, em meio a Revolução ninguém tinha a intenção de gozar das vantagens da então Matriz.

Em 1840, os revolucionários começam vagarosamente a retornar à cidade, reabre-se a igreja e o reverendo Mathias Carneiro Mendes de Sá assume a igreja matriz. Finalmente, no ano de 1845, todos que sobreviveram a Guerra dos Farrapos retornam para casa e só então os cidadãos lembram que o Curato foi elevado a Paróquia.

Em 7 de maio de 1848, o Papa Pio IX assina e publica a bula “*Ad oves dominicas rite pascendas*”, a qual criava o Bispado de São Pedro de Rio Grande do Sul. Entretanto, o Bispado teve seu primeiro Bispo nomeado depois de muitas questões diplomáticas e anos de discussões. Até que em 29 de junho de 1853, Dom Feliciano José Rodrigues Prates desembarca em Porto Alegre como seu primeiro Bispo. A posse e investidura canônica aconteceram em 3 de julho do mesmo ano.

A Freguezia de Santa Maria da Boca do Monte esteve, até então, vinculada ao município de Cachoeira. Por lei provincial de nº 400, de 16 de dezembro de 1857, a freguezia foi elevada a categoria de vila, sendo instalado o novo município em 17 de maio de 1858. No mesmo ano, encerra o Bispado de Dom Feliciano, o então Bispo do Rio Grande do Sul.

José Marcelino de Souza Bittencourt (1866-1887) foi nomeado Pároco de Santa Maria em 12 de fevereiro de 1866, tomando posse em 4 de março do mesmo ano, conforme expresso por Pe. Caetano Pagliuca em relação apresentada ao Bispo Coadjunto de São Pedro do Rio Grande, Dom João Antônio Pimenta, em visita pastoral:

Um dos menos maus vigários foi o Cônego José Marcelino de Souza Bittencourt, que muito zelava pelo esplendor do culto, mas, tendo-se metido em política, tornou-se inimigo a uma parte da população, foi desacatado e agredido, escapando milagrosamente da morte. O Cônego Marcelino administrou-a desde 1866 a 1887, sendo neste ano removido como Cura para a Catedral de Porto Alegre. A ele são devido as alaias da Matriz, da Capela do Pinhal, etc. Ao sair desta cidade deixou em construção a capela que atualmente serve de Matriz e. ameaçando missas, a igreja matriz colocada na praça [...] Saldanha Marinho. (LIVRO TOMBO III, p.85-86).

Em 1884 inicia em Santa Maria uma longa discussão entre a Câmara de

Vereadores e a comunidade eclesiástica, onde a primeira requeria a demolição da igreja matriz alegando que esta estava sendo escorada por madeiras e apresentava estado de ruínas, oferecendo risco aos fiéis; do outro lado os padres opunham-se a tal fato e preferiam reformar a velha igreja, supondo que os políticos estavam querendo destruir o catolicismo na cidade. Para resolver o caso, em abril, foi designada uma comissão para examinar o estado da igreja.

Após decidirem pela demolição da igreja matriz, os vereadores enviaram um relatório para o governo da Província, denunciando o estado de ruínas da igreja e comunicando sua demolição o mais breve possível. O governo silenciou sobre o fato. Sem a resposta, no dia 15 de janeiro de 1885, a Câmara de Vereadores oficializou tal ação ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, enviando-lhe uma carta:

A mais de ano esta Câmara em vista do estado deplorável de nossa Igreja Católica que tem as paredes abaladas e escoradas por grossos madeiros, ameaçando desabar a todo o momento, nomeou uma comissão de peritos para, examinado-a, dar parecer sobre o estado em que a mesma se achava. (KARSBURG, 2007, s/pág.).

Na mesma carta os vereadores procuraram relatar como realmente se encontrava o Templo e suas precárias condições, alertando que a atitude de “demolir esse edifício em ruínas [era] para evitar uma catástrofe, que trará não só o luto, como a desolação para todas as famílias desta cidade” (KARSBURG, *Op.cit.*, p.48). Também solicitaram ao Bispo que ordenasse ao vigário, Marcelino Bittencourt, para que retirasse as imagens sagradas da matriz e as colocasse na Capela do Divino, afim de que pudessem iniciar a demolição. Novamente, os vereadores reforçaram o interesse em construir um novo Templo para abrigar a igreja matriz, com tamanho compatível com o desenvolvimento acelerado da cidade.

Depois desta, vieram outras cartas do Vigário Marcelino, do Bispo Laranjeira e principalmente da Câmara de Vereadores, e essa discussão durou quatro anos (1884-1888).

Em 2 de março de 1887, Pe. Marcelino Bittencourt teve que se retirar da cidade para assumir o cargo de Cura da Catedral de Porto Alegre, elevando-se

a Cônego. Com a transferência do Padre, o clero de Santa Maria começou a enfraquecer sua resistência quanto a demolição da Matriz. Além disso, o Bispo Sebastião Laranjeira começou a ter problemas de saúde a partir de 1887, e monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro, então vigário capitular de Porto Alegre, passou a tomar frente da igreja no Rio Grande do Sul.

Em 8 de maio de 1887, desembarca em Santa Maria seu novo pároco, Padre Aquiles Parrela Catalano, que tratou logo de saber notícias sobre a demolição da Matriz, que já se prolongava por quase dois anos

Em carta enviada ao Bispo Laranjeira, o novo pároco demonstrava mais interesse nas intenções da Câmara de Vereadores e não em manter a velha Matriz. Meses depois, em setembro de 1887, Pe. Catalano comunica à Câmara que as obras da Capela do Divino estavam concluídas e que logo poderia dar início à demolição da igreja. Nesse mesmo ofício, o Padre confirma a aceitação do Bispo quanto à demolição e sugere que o material seja leiloado a fim de utilizar o valor arrecadado para construção do altar, oratório e do que fosse necessário para as celebrações na Capela do Divino.

Após o recebimento deste ofício do Pe. Catalano, o presidente da Câmara de Vereadores enviou outro ao governo provincial, comunicando a demolição do templo. A resposta do governo da província chegou autorizando o juiz de direito a providenciar a demolição e a venda do material da velha Matriz. Até que, finalmente, em 20 de dezembro de 1888, o farmacêutico, João Daudt Filho, arrematou o prédio da Antiga Matriz pelo valor de 205 mil réis para dar início a construção do primeiro teatro da cidade, o Theatro Treze de Maio, devendo demolir a velha igreja o quanto antes.

O valor oferecido pelo material e principalmente seu destino revoltou Pe. Aquiles Catalano. Conforme seus registros no Livro Tombo nº III, dia 23 de dezembro de 1888, Pe. Aquiles enviou um telegrama para o vigário capitular de Porto Alegre, monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro:

Amanhã vão demolir Igreja velha. Materiais arrematados para edificar teatro! É lícito? Existem dentro restos mortais vigário [Antônio Gomes Coelho do] Valle, devo antes exumá-los? Convém preservar pedra fundamental?. (LIVRO TOMBO III, p.13).

Logo que recebeu o telegrama de Catalano, monsenhor Pinheiro enviou um ofício ao presidente da província, no dia 24 de dezembro de 1888:

O vigário de Santa Maria da Boca do Monte acaba de telegrafar-me, comunicando que amanhã [25 de dezembro] vai ser demolida a Igreja Matriz daquela cidade, porque se acha arruinada, sendo os seus materiais arrematados para edificação de um teatro. [...] parecendo-me que até de propósito se escolheu o aludido dia, em que a Igreja Católica celebra o nascimento do Redentor do mundo para se consumir esta espécie de violência e profanação. (KARSBURG, 2007, p.57).

No mesmo dia, o presidente provincial João Galdino Pimentel enviou outro ofício à Câmara de Vereadores de Santa Maria, mandando suspender a demolição da Matriz, e alegando que a data escolhida é uma agressão a Igreja Católica. A Câmara prontamente respondeu, dizendo que havia sido a própria presidência da província que autorizou o juiz de direito a derrubada da igreja. A resposta dos vereadores foi a seguinte:

Entende, pois, esta Câmara não ser mais de sua competência intervir nas ações praticadas por aquele juízo, hábil, e no pleno gozo de sua independência jurídica, para sobrestar, anular, ou proceder como for de direito relativamente aos atos consequentes de semelhante processo. É o que tem esta Câmara a informar a V. Ex<sup>a</sup>. A quem Deus Guarde. (KARSBURG, 2007, p.58).

A partir deste momento abriu-se fogo cruzado entre Câmara de Vereadores e Governo provincial. O padre Catalano foi proteger-se junto ao monsenhor Pinheiro, já que se encontrava em uma situação delicada, pois em ofício havia informado a Câmara que o processo de demolição poderia ser iniciado e que o material fosse leiloado, tudo confirmando a aceitação do Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira. Porém, conforme afirma Karsburg (2007), nenhum documento escrito por Dom Sebastião, que autorizasse o vigário Catalano a demolir e vender os materiais da velha Matriz foi encontrado no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

No ano de 1890, assume o terceiro bispo do Rio Grande do Sul, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão. Em visita pastoral a Santa Maria, em janeiro de 1895, o Bispo fora ameaçado de morte pela população por ter

chamado atenção publicamente do padre Catalano devido a envolvimento inadequados em sua vida pessoal. Em agosto, apesar de protestos da população, Dom Cláudio substituiu Pe. Catalano por Pe. Carlos Becker. Alguns meses depois, em novembro, este Padre é intimado a deixar a cidade por receber ameaças da população como tentativa de ter de volta o antigo Padre, Aquiles Catalano. Nesta ocasião, Pe. Becker deixou a seguinte declaração:

Em 15 de novembro de ano supra (1895) tive que retirar-me desta paróquia tendo sido antes intimado pela força bruta de um grupo de cerca de 30 homens inimigos da religião e, por conseguinte, de todo o sacerdote cumpridor de seus deveres. Que venham melhores tempos para este povo infeliz cujos destinos imortais são dirigidos por homens sem lei. (LIVRO TOMBO III, p.86).

Após algumas tentativas de trazer Padres italianos à região, chegou a Pia Sociedade das Missões, os Palotinos. Desembarcaram dois padres italianos em 1886. Tendo em vista os desafios que o bispo encontrava em Santa Maria, já que em 1897 novamente foi ameaçado por ocasião de uma visita pastoral, logo autorizou a Congregação a governar a Paróquia da cidade. Padre Wimmer foi o primeiro Palotino a comandar a Paróquia, empossado em março de 1896. Os desafios que Pe. Wimmer encontrara eram inúmeros, “o espírito religioso e a frequência dos sacramentos eram nulos, a assistência da missa aos domingos se reduzia a vinte pessoas, a maior parte negros ou italianos. Pe. Wimmer sofreu muito para ser tolerado e não abandonar o lugar de combate. Houve intimações [...] e convite para a maçonaria” (LIVRO TOMBO III, p.86).

Pe. Wimmer aos poucos foi conquistando a população, e abrindo portas para que fosse desenvolvida uma nova vida religiosa. Porém, a frequência de católicos às missas era insignificante. Modificar esse quadro era a missão dos palotinos. Os planos de Pe. Wimmer foram continuados por seu sucessor, já que em 1900, Dom Cláudio retirou Pe. Wimmer da paróquia e o substituiu por Pe. Caetano Pagliuca, justificando que Pe. Wimmer era o homem da derrubada e não da plantação. Sendo assim, em 25 de dezembro de 1900 Pe. Caetano Pagliuca assume como vigário da Paróquia Nossa Senhora da Conceição.

Esse quadro de resistência à igreja Católica em Santa Maria, “conforme

crônica de Padre Caetano e posteriormente reprodução em toda a historiografia eclesiástica da região” (BIASOLI, 2005, p.147), tem por função justificar a ação dos palotinos e a dedicação que tinham em reconfigurar a igreja católica.

Pe. Caetano, em relatório registrado no Livro Tombo III da Catedral, em 1907, descreve uma lista de empreendimentos realizados no período em que os palotinos estiveram sob comando, que são os exemplos mais amplos da transformação de Santa Maria:

Foi colocada a pedra fundamental da nova matriz [...], foi inaugurado o Hospital de Caridade [...], aberto o Colégio São Luiz [...], Ginásio Santa Maria [...], Colégio Sant’Anna [...], Apostolado da Oração [...], inaugurada a Congregação Mariana das Filhas de Maria [...], fundado o apostolado da oração [...]. (LIVRO TOMBO III, p.86).

A primeira iniciativa de Pagliuca foi reunir um grupo de pessoas influentes da cidade para tratar da construção da nova matriz em 20 de abril de 1902.

A nova igreja matriz é um marco do governo de Pagliuca. Conforme registros no Livro Tombo III da Catedral, a obra nunca foi interrompida por falta de dinheiro, sendo que iniciou em 1902 e foi inaugurada em 5 de dezembro de 1909. Foi construído um grande templo na principal avenida da cidade, a Avenida Progresso, atual Rio Branco. Em sua inauguração o Bispo Dom Cláudio desembarcou na estação e não houve nenhuma manifestação opositora, diferentemente das vezes anteriores. A população foi aclamar a chegada do Bispo para desagrar a má impressão que ele tinha da cidade. A igreja, por maior que fosse, “não pode conter a massa do povo que queria assistir a solenidade [...] foi uma data inesquecível na história desta cidade” (LIVRO TOMBO III, p.88 e 89).

Neste momento da história da igreja católica na cidade, os relatórios eclesiásticos registram um aumento de comunhões e sacramentos. A nova Matriz indicava que a cidade estava se desenvolvendo. Esta obra é mérito de um padre que optou pelo diálogo ao invés do confronto. “Foi obra de uma elite católica que viu nos palotinos uma congregação que trabalhava para o

progresso da cidade; foi uma obra feita em conjunto, que simbolizava a supremacia do grupo que patrocinou a construção do templo” (KARSBURG, *Op.cit.*, p.293).

Até então, a Paróquia era governada pela Diocese do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre. Devido ao grande desenvolvimento que as paróquias estavam apresentando, em 1910 a Diocese do Rio Grande do Sul foi desmembrada em três Dioceses: Pelotas, Uruguaiana e Santa Maria. Conforme registro, “no dia 15 de agosto de 1910 a Santa Sé criou o Bispado de Santa Maria” (LIVRO TOMBO III, p.90). Porto Alegre foi elevada à Arquidiocese, sendo seu Arcebispo Dom Cláudio Ponce de Leão.

A cidade estava pronta para receber seu novo líder religioso e, em 7 de janeiro de 1912, Dom Miguel de Lima Valverde chega a Santa Maria como primeiro Bispo da Diocese.

### **III ARQUIVOS ECLESIASTICOS**

Os arquivos eclesiásticos conservando a espontânea documentação surgida em relação às pessoas e acontecimentos cultivam a memória da vida da igreja e manifestam o sentido da tradição. São lugares da memória eclesial, que deve ser conservada, transmitida e valorizada. Neles, estão arquivadas as fontes primárias para redigir a história das diversas expressões da vida religiosa de uma comunidade, e com essas informações se permite reconstruir o histórico das evangelizações.

Os registros paroquiais que atestam nascimentos, mortes, juntamente com os que descrevem as ordenações sagradas, permitem reconstituir a história do povo cristão daquela determinada comunidade. Todo material armazenado nos arquivos eclesiásticos põe à disposição as atividades religiosas, culturais e assistenciais, fornecendo o contexto histórico que se originaram no decorrer dos anos. Sendo assim, os arquivos eclesiásticos merecem atenção tanto no aspecto histórico quanto no espiritual, permitindo desta forma compreender os dois aspectos da vida da igreja, contribuindo para fazer crescer o sentido de pertença eclesial de cada uma das gerações.

A igreja católica é norteada por um código de suma importância: Código de Direito Canônico. Em geral, é a forma de organização da igreja, pois, se não houvesse o Código não se falaria em ordem, em organização, em respeito às pessoas, em respeito à propriedade, em honestidade nas relações.

O *Canon* é considerado um conjunto de leis e de normas positivas dadas pela autoridade que regula as relações intersubjetivas na vida da comunidade eclesial. A palavra *canônico* é usada para designar algo da igreja. *Canon*, que originariamente era como uma régua, um medidor, passou a ser um termo usado pela igreja para definir os seus próprios assuntos, usos e costumes; portanto, tudo o que é canônico é da igreja.

O Código de Direito Canônico atual foi promulgado em 1983 e o anterior era de 1917. No novo Código (1983), foi incluído o arquivo histórico que até então não estava disposto. O *cân* 491 dispõe a criação de um arquivo histórico em cada diocese; o Código Canônico 535, § 1, complementa dizendo que cada paróquia deve ter livros paroquiais, ou seja, de batizados, casamentos e de óbitos, e aqueles outros prescritos pela Conferência Episcopal ou pelo Bispo Diocesano.

Os arquivos, enquanto bens culturais, são oferecidos à comunidade que os produziu, mas com o passar do tempo assumem uma destinação universal, tornando-se patrimônio da humanidade. O material arquivado não pode ser impedido de acesso àqueles que podem tirar proveito deles a fim de conhecer a história do povo cristão.

#### **IV PARTIÇÃO ANALÍTICA**

Entende-se diplomática como uma metodologia da análise do ponto de vista dos elementos de um documento, tanto em seus aspectos extrínsecos quanto intrínsecos. Compreende-se por sua metodologia, a análise de situações reais em documentos, onde cada um possui características que o diferem dos outros, sendo analisados individualmente como um estudo de caso.

A diplomática é uma metodologia analítica que categoriza tudo para estudar. Ela parte tudo, o mundo, as palavras, assim como os

documentos, em elementos internos e externos. A primeira coisa que a diplomática reparte é o formulário escrito. O método diplomático é aplicável na verificação de qualquer coisa que seja um documento. (DURANTI, 2005, s/pág.).

A diplomática é uma disciplina com amplos conceitos aplicativos. A aplicabilidade desses conceitos depende da tipologia documental que está sendo analisada diplomaticamente. É diferente a análise de, por exemplo, um contrato de emprego para uma embalagem de perfume: a aplicabilidade desses conceitos varia de documento para documento. Desta forma, surge a diplomática especial, que é vista como um ramo da diplomática. Duranti (1996, p. 06), diz que “os princípios teóricos formulados e analisados pela diplomática se individualizam, desenvolvem-se e classificam-se para serem aplicados a documentos singulares, concretos, reais, existentes e facilmente exemplificáveis mais do que a documentação geral, abstrata e atípica”.

O estudo da diplomática tem outro ramo de estudo, a partição analítica. Este elemento estuda as partes dos documentos e suas variações. De tal modo que divide os documentos em elementos internos e externos. Os externos constituem o caráter do material do documento e sua aparência, podem ser examinados sem que o documento seja lido. Esses elementos são o suporte, a linguagem, signos especiais, selos e anotações extras. Para análise dos elementos externos da diplomática há a necessidade do conhecimento, mesmo que iminente, das áreas da paleografia e sigilografia.

O primeiro elemento a se considerar é o suporte, ou seja, o material que transporta a informação. É a parte visível e manipulável do documento, ou o documento propriamente dito. A linguagem é outro elemento externo para análise diplomática (também considerado por alguns autores como elemento intermediário). Sem identificá-la torna-se mais difícil a leitura do conteúdo do documento e, por sua vez, analisá-lo torna-se uma tarefa quase impossível. Quanto aos documentos contemporâneos, Luciana Durante (1996) apresenta:

El elemento language también es estudiado, particularmente por los diplomatas de documentos contemporáneos, desde un punto de vista social. Diferentes grupos sociales utilizan diferentes formas de redacción y diferentes vocabularios y, dentro de cada uno de ellos, se adoptan estilos formales o informales según La finalidad y La función

de lós documentos creados. (DURANTE, 1996, p. 122).

Um dos principais elementos externos, principalmente em documentos da época medieval, são os sinetes. Ao examiná-los, os diplomatas têm condições de afirmar se o documento é autêntico ou não. O selo torna-se um elemento importante nas correspondências porque demonstra a época em que o documento foi produzido. Ao analisar as imagens, o tipo gráfico, o formato, pode-se também distinguir sua época. Durante (1996, p. 122), complementa dizendo que “a análise desses componentes se dirige a averiguar o grau de autoridade e solenidade de um documento, sua proveniência e função, e sua autenticidade” (tradução nossa).

Outro elemento externo que se considera ao analisar, principalmente documentos contemporâneos, são as anotações. Eles se subdividem em três categorias, que são: anotações incluídas no documento logo após sua produção, como se fossem correções, que eventualmente acontecem em nomes e números; anotações feitas em um documento completo, ou seja, em um documento em que já está com assinaturas e carimbo; e anotações feitas após sua utilização, como proprietário, ou localização em um arquivo, que são anotações que não prejudicam a veracidade e que não alteram seu conteúdo. As anotações consistem nos elementos externos que mais claramente revelam o processo de formação e trâmite de um documento.

Os elementos internos da forma documental são todos os componentes intelectuais de sua formação, são as partes que determinam o conteúdo do documento. Eles são divididos em três partes: protocolo, texto e escatocolo.

O protocolo, ou protocolo inicial, apresenta o texto administrativo da ação. Em documentos mais antigos se utilizava, com frequência, a invocação, que elevava todas as ações em nome de Deus; a titulação é mais encontrada nos documentos contemporâneos, conhecemos como cabeçalho, essa parte refere-se ao nome, título e dados gerais da pessoa que está emitindo o documento; o título e o número do documento também fazem parte do protocolo inicial, porém nem sempre os documentos possuem número; a ementa é a parte onde faz um breve resumo do que vai se tratar o documento, antecedendo o texto propriamente dito. O vocativo sempre esteve presente nos

documentos, ele indica a quem está se referindo, como por exemplo, “Senhor”, “Queridos alunos”. A direção indica para quem está sendo destinado o documento. Essa direção pode ser a uma única pessoa ou coletivo, por exemplo, “A quem possa interessar”. Essas direções podem ser de pequeno ou grande universo: pode-se citar inúmeras pessoas, ou dizer que é para um universo geral, por exemplo, “Aos estudantes brasileiros”. E, por fim, a saudação é um elemento breve que normalmente não está presente nos documentos contemporâneos, com exceção dos eclesiásticos, que fazem a saudação a Deus e à saúde.

O texto, centro ou corpo do documento é constituído por elementos de acordo com a natureza jurídica, onde se encontram as manifestações e a vontade do autor. Esta é a parte mais importante do documento, afinal, o “ápice” do assunto pelo qual o documento foi produzido estará sendo exposto nesta parte. Suas subpartes são o preâmbulo, onde se expressa o motivo da ação do documento; a exposição ou narração onde se refere diretamente ao conteúdo do documento; a notificação afirma que o ato deve ser conhecido, anuncia a razão pelo qual se produziu o documento, podendo ser entendido na expressão: “Tenho a honra de comunicar...”; o dispositivo é a parte mais importante, nele se expõe o assunto propriamente dito, é a essência do documento. Ele é facilmente identificado por alguns verbos característicos de documentos, como, por exemplo, declaro, autorizo, certifico, solicito. A corroboração enuncia as medidas utilizadas para validar o documento e garantir sua autenticidade; e por fim, as sanções ou cláusulas finais que visam assegurar a execução do ato do documento.

A terceira e última parte do documento é o escatocolo ou protocolo final, que consiste na apresentação das datas tópica e cronológica, que inclusive, em alguns documentos, como correspondência, por exemplo, aparecem no protocolo inicial, mas é utilizado, com mais frequência, no escatocolo. Esse elemento é muito importante para a arquivologia, história e para diplomática. Os elementos que se apresentam como despedida do autor intelectual para o leitor são a invocação final e a saudação final. A invocação normalmente é apresentada em forma de agradecimento por préstimos ou solicitação de

resposta do determinado documento; por sua vez, a saudação, corresponde a desejos do autor do documento para o leitor, como de saúde, sorte, felicidades. O documento se encerra com a identificação do autor intelectual que é composta pelo nome do emissor, a qualificação do cargo e a validação, que é a assinatura. Essa última torna o documento autêntico.

A partição analítica nem sempre se rege por esses aspectos rigorosamente, porém, a presença de todos os elementos se faz importante para a composição do documento, assegurando que todas as informações estão expostas e, por sua vez, o documento se fará completo e suficiente. Algumas partes da partição analítica podem aparecer em diferentes posições dos documentos.

## **V METODOLOGIA**

A pesquisa se caracteriza como documental e exploratória, com abordagem quantitativa descritiva, pois descreve as características de um determinado objeto de estudo: o livro tomo. Para chegar ao objetivo final da pesquisa houve a necessidade de estar em contato direto com o objeto de estudo, de tal maneira que foi escolhido, intencionalmente, como plano amostral, o livro tomo III da Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Catedral Diocesana de Santa Maria. A amostra é classificada como amostra intencional, pois este livro foi escolhido por abranger a data de criação da Diocese de Santa Maria (1910). A partir desta amostra podemos chegar ao objetivo da pesquisa: identificar a existência de normas de padronização nas anotações dos Livros Tombo da Diocese de Santa Maria.

O estudo no objeto da pesquisa deu-se nas dependências da secretaria da Catedral Diocesana. A análise diplomática teve como foco principal a partição analítica dos documentos, a forma com que cada pároco registra suas anotações no livro, se o utilizam como registro ou cartulário, se há padronização na formulação dos documentos e se suas anotações apresentam os principais campos propostos pela diplomática considerando a partição analítica documental.

A coleta dos dados deu-se a partir da leitura analítica do livro, elaborando-se relatórios e textos sobre os dados averiguados. Foi composta uma tabela com tópicos referentes à partição analítica, onde as colunas representam as partes e subpartes do documento, sendo uma com o campo observações para que se anotassem detalhes, trechos do livro, curiosidades, especificação do documento (se registro ou cópia), além de outros detalhes que se julgassem necessários. As linhas da tabela representam os documentos que compõe o livro, detalhando as páginas que este se encontra, e as partes que o compõem. A análise deu-se no âmbito geral do livro.

Após a tabulação, as anotações de cada religioso foram separadas entre si, permitindo que cada pároco fosse analisado individualmente, com o propósito de averiguar se seguiam alguma regra padronizadora para suas anotações. Os dados coletados foram tabelados e apresentados em números. Para melhor visualização se elaborou gráficos proporcionando uma interpretação visual dos dados coletados do livro tomo.

Optou-se pela não omissão dos nomes dos párocos, pois esta pesquisa não se trata de uma crítica direta à sua forma de registro. Além disso, são fatos históricos que este trabalho aborda. Julgamos assim, inviável e não legítima a omissão de quaisquer dados que ajudem a entender os fatos históricos ocorridos neste período.

Após a reunião e organização dos dados em gráficos, pode-se realizar a análise, no sentido de compreender e interpretar informações necessárias para contemplar o objetivo da pesquisa.

## **VI ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A primeira análise realizada no livro tomo foi referente a seus aspectos extrínsecos, ou seja, seus aspectos externos: o livro possui capa dura e fora encadernado para melhor conservação, apresenta cem páginas numeradas e rubricadas, as anotações são realizadas no anverso e verso de cada página e todas manuscritas. Apesar de apresentar folhas amareladas e algumas páginas prestes a se soltar do conjunto, o estado de conservação do livro é regular, pois

ainda pode ser utilizado para pesquisas, já que permite que suas páginas sejam manuseadas. O livro tomo III e outros livros da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, estão arquivados na secretaria da Paróquia. Estão acondicionados em estantes de madeira, sem critérios de guarda e acondicionados independentemente de sua numeração sequencial, alocados uns sobre os outros.

A tabela utilizada para coleta dos dados possui como tópicos as partes que compõem os documentos, tais partes são concebidas pela partição analítica documental. Cada coluna da tabela representa uma dessas partes do documento, divididas em: protocolo inicial, texto e protocolo final. Uma das colunas é para observações, sendo que nela são anotadas curiosidades, exceções, trechos do livro, se cópia ou registro e detalhes que se julgou necessário. As linhas representam cada documento que compõe o livro tomo, identificados pela localização no seu contexto. A análise deu-se marcando com um “X” a presença das partes que cada documento apresenta.

**Figura I** – Parte da tabela utilizada para a análise do livro tomo.

| Nº Documento | Localização do Doc.                 | Protocolo Inicial |           |        |         |        |          |                | Texto     |             |           |             |        | Protocolo Final |            |             | Observação |                  |
|--------------|-------------------------------------|-------------------|-----------|--------|---------|--------|----------|----------------|-----------|-------------|-----------|-------------|--------|-----------------|------------|-------------|------------|------------------|
|              |                                     | Invocação         | Titulação | Título | Direção | Ementa | Vocativo | Saudação Breve | Preâmbulo | Notificação | Exposição | Dispositivo | Sancão | Corroboração    | Assinatura | Data Tópica |            | Data Cronológica |
| 01           | Pág. sem número (termo de abertura) |                   |           |        |         |        |          |                | X         |             | X         |             |        |                 | X          | X           | X          |                  |
| 02           | Pág. 1 até 12                       |                   |           | X      |         |        |          |                |           | X           | X         | X           | X      |                 | X          | X           | X          | [1]              |
| 03           | Pág. 12 até 12 v                    | X f               | X         | X      |         |        | X        |                |           | X           | X         |             |        |                 | X          | X           | X          | C                |
| 04           | Pág. 12 v até 13 v                  | X f               |           | X      | X       | X      | X        | X              |           |             | X         |             |        |                 | X          | X           | X          | C                |
| 05           | Pág. 13 v                           |                   |           | X      | X       |        |          |                |           |             | X         |             |        |                 | X          | X           | X          | C                |
| 06           | Pág. 13 v                           |                   |           | X      |         |        |          |                |           |             | X         | X           |        |                 | X          | X           | X          | C                |
| 07           | Pág. 13 v até 14                    | X f               |           | X      | X       |        | X        |                |           | X           | X         | X           |        |                 | X          | X           | X          | C                |
| 08           | Pág. 14 até 14 v                    | X f               | X         | X      |         |        | X        |                |           |             | X         | X           |        |                 | X          | X           | X          | C                |
| 09           | Pág. 14 v até 15 v                  |                   | X         | X      | X       |        | X        | X              |           |             | X         | X           |        | X               | X          | X           | X          | C [2]            |
| 10           | Pág. 15 v até 27                    |                   | X         | X      | X       |        | X        | X              |           |             | X         | X           |        |                 | X          | X           | X          | C                |
| 11           | Pág. 27 até 32                      |                   | X         | X      | X       |        | X        | X              | X         |             | X         | X           |        | X               | X          | X           | X          | C [3]            |
| 12           | Pág. 32                             | X f               | X         | X      | X       | X      | X        |                | X         |             |           | X           |        |                 | X          | X           | X          | C                |

**Fonte:** elaboração própria

Após a completa análise, os resultados foram tabelados e obteve-se o resultado final. Assim, pode-se elaborar os gráficos representativos da análise diplomática do livro tomo III da Catedral Diocesana de Santa Maria – RS.

A composição dos gráficos representativos da análise documental iniciou com a apresentação dos documentos produzidos como registro e os que foram transcritos, ou seja, com característica de cartulário. Obteve-se o seguinte resultado: do total de 75 documentos que compõem o livro tomo, 39 são

cópias e 36 são registros produzidos pelos religiosos.

A próxima etapa foi averiguar se os religiosos tinham a mesma maneira de fazer suas anotações no livro tombo. No período que o livro abrange (1889 a 1915) passaram três religiosos por Santa Maria: Vigário Aquiles Catalano, Padre Pedro Wimmer e Padre Caetano Pagliuca. Na realidade foram quatro religiosos que passaram por Santa Maria nesse período, porém Padre Carlos Becker ficou apenas quatro meses e não realizou nenhuma anotação no livro.

**Figura II** – Gráfico da característica de anotação de cada religioso.

**Fonte:** elaboração própria

A partir da análise documental, pode-se produzir um quadro com os dados coletados, separando-os por religioso:

**Tabela I** – Análise dos dados por religioso

| <i>Religioso</i> | <i>Qt. doc. produzidos</i> | <i>Cópias</i> | <i>Registros</i> | <i>Período</i>   | <i>Anos de atividades</i> | <i>Qt. folhas utilizadas</i> |
|------------------|----------------------------|---------------|------------------|------------------|---------------------------|------------------------------|
| Catalano         | 36                         | 31            | 5                | 1889-1892        | 3                         | 71                           |
| Wimmer           | 23                         | 6             | 17               | 1896-1900        | 4                         | 11                           |
| Pagliuca         | 16                         | 2             | 14               | 1900-1915        | 15                        | 20                           |
| <b>TOTAL</b>     | <b>75</b>                  | <b>39</b>     | <b>36</b>        | <b>1889-1915</b> | <b>22</b>                 | <b>101</b>                   |

**Fonte:** elaboração própria

Analisando a tabela acima nota-se um conflito de informações: o religioso que mais tempo esteve na paróquia foi quem menos documentos produziu, porém, foi o que fez o menor número de cópias de outros

documentos. Outro conflito averiguado está no religioso que menos tempo esteve na paróquia, mas foi o que mais documentos produziu e utilizou o maior número de páginas.

Considerando a história da Igreja Católica em Santa Maria, algumas hipóteses podem ser apresentadas, como por exemplo, na época de Catalano, a crise entre a Igreja e Câmara de Vereadores já haviam acabado e suas preocupações com relação aos fiéis eram poucas, afinal, estava tudo acontecendo provisoriamente na Capela do Divino até que a nova matriz estivesse pronta. Logo, Catalano tinha tempo disponível para dedicar-se aos registros no Tombo. No caso de Padre Wimmer, sua preocupação estava na busca por fiéis. As missas que estavam sendo realizadas na capela do Divino tinham baixa frequência e Pe. Wimmer dedicava-se integralmente para a busca dos fiéis. Isso justifica a produção de pequenos documentos, afinal foram 11 folhas para 23 documentos. No caso de Pagliuca que tinha como missão reerguer o catolicismo em Santa Maria e se dedicar com as obras da nova matriz que haviam iniciado, notam-se poucos registros, apenas 16 em 15 anos, porém os poucos registros feitos por Pagliuca são considerados os mais importantes, pois são tidos como a primeira tentativa de reprodução da história do catolicismo de Santa Maria.

Os dados a seguir são referentes a partição analítica, em que o objetivo foi verificar se os registros e os documentos copiados seguiam alguma norma de padronização. Da mesma forma, foi composta uma tabela representativa da coleta dos dados. A tabela demonstra a quantidade de documentos que apresenta cada parte da partição analítica documental. Para melhor compreensão da tabela lê-se vinte e cinco (25) documentos apresentam invocação; quarenta e sete (47) documentos apresentam titulação.

**Tabela II** – Partição Analítica dos documentos

|                  | <i>Partição</i> | <i>Quantidade de documentos</i> |
|------------------|-----------------|---------------------------------|
| <i>Protocolo</i> | Invocação       | 25                              |
|                  | Titulação       | 47                              |
|                  | Ementa          | 7                               |

|                       |                  |    |
|-----------------------|------------------|----|
| <i>Inicial</i>        | Vocativo         | 45 |
|                       | Saudação Breve   | 14 |
| <i>Texto</i>          | Preâmbulo        | 12 |
|                       | Notificação      | 10 |
|                       | Exposição        | 71 |
|                       | Dispositivo      | 39 |
|                       | Sanção           | 2  |
|                       | Sanção           | 2  |
|                       | Corroboração     | 18 |
| <i>Proteção Final</i> | Assinatura       | 69 |
|                       | Data Tópica      | 70 |
|                       | Data Cronológica | 70 |

**Fonte:** elaboração própria

Tendo em vista que o livro possui setenta e cinco (75) documentos, imediatamente nota-se que nenhuma das partes está presente na totalidade dos documentos que compõem o livro tomo. A exposição e as datas (tópica e cronológica) são as partes que mais foram utilizadas nos documentos; e as partes que menos aparecem são a sanção e a ementa. O gráfico a seguir ajuda na visualização desses dados:

**Imagem III – Gráfico partição analítica**

**Fonte:** elaboração própria

Os mesmos dados foram separados por religioso, considerando também a quantidade de documento que cada religioso produziu. A seguir os três gráficos:

**Figura IV** – Gráfico partição analítica – Catalano

**Fonte:** elaboração própria

**Figura V** – Gráfico partição analítica – Wimmer

**Fonte:** elaboração própria

**Figura VI** – Gráfico partição analítica – Pagliuca

**Fonte:** elaboração própria

Analisando os gráficos nota-se que Pagliuca foi o Padre que menos utilizou invocação e saudação breve, afinal sua maior produção foi de relatórios, enquanto os outros produziram mais cartas, que é o tipo de documento onde essas partes mais aparecem. Considerando que a exposição é a parte que se refere ao conteúdo do documento, é a única que aparece na totalidade dos documentos produzidos por Pagliuca. Isso se justifica, pois seus documentos eram relatos de fatos acontecidos em anos anteriores ao da anotação, como um histórico. Também, nota-se que a maioria de seus documentos não possui dispositivo, que se refere a um assunto propriamente dito, situação que não costuma aparecer em registros históricos. Outro detalhe que se pode notar é a presença de ementas e sanções apenas nas anotações de Catalano.

A partir destas representações dos dados coletados, pode-se sugerir inúmeras conclusões. Apresentamos algumas que julgamos necessárias para o alcance do objetivo da pesquisa.

## **VII CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história da Igreja Católica na cidade deixa clara a luta que os religiosos tiveram para manter a religiosidade em Santa Maria. Houve muitas brigas, desilusões com religiosos, protestos da população, mortes e massacres, diversas contribuições para o não desenvolvimento do catolicismo na cidade. Mas a luta incessante de membros do clero e de fiéis fez com que Santa Maria se tornasse um dos centros do catolicismo brasileiro e que a Diocese completasse seu primeiro centenário, em 2010, com grandes motivos para ser comemorado.

Com a análise da amostra utilizada, pode-se notar claramente que não há regras para a realização das anotações nos livros tombo da Diocese e que

nem mesmo os religiosos mantinham um padrão em suas anotações. O livro estudado é um conjunto híbrido entre registro e cartulário. Percebe-se, também, em alguns casos, a falta de cuidado com os registros, pois houve momentos em que a leitura foi dificultada pela caligrafia que se apresentava, mas isso é um mero detalhe, pois vale salientar que o livro possui mais de 100 anos. A falta de preocupação com os registros deve-se ao fato do Código de Direito Canônico não prever uma regulamentação das anotações. É previsto apenas que se façam os registros, mas não como devem ser feitos e critérios que devem ser seguidos.

Os estudos realizados e a busca de informações contemplou o objetivo da pesquisa com um resultado academicamente satisfatório, pois neste relatório ficam explícitos os resultados alcançados. Para a sociedade e principalmente para a história, o resultado não se tornou satisfatório, pois há uma notável falta de preocupação histórica por parte dos religiosos, afinal, em alguns casos falta até mesmo data no documento. A ausência de determinadas partes dos documentos pode prejudicar num possível resgate histórico, que é um dos motivos de se realizar os registros nos livros tomo.

Prestar essa homenagem à Diocese foi uma escolha muito satisfatória, além da temática e da riqueza histórica apresentada, o tema fortaleceu a religiosidade e confirmou a nossa escolha profissional. Os arquivos eclesiais possuem uma gama de linhas de pesquisa, que durante a academia não são abordados. As pesquisas sobre arquivos eclesiais fortaleceram o conteúdo, pode-se aprender além do que a academia oferece em seu currículo.

O cuidado em registrar com letra legível, em não faltar data, nomes, a atenção para que o texto seja compreensível é o mínimo que um pároco pode ter ao registrar no tomo. A preocupação com a história e a importância de seus registros deve estar sempre acompanhada de seu autor intelectual, o pároco. Sugere-se, que com essa pesquisa, haja maior cuidado nas futuras anotações para que possamos utilizar por longos anos os registros eclesiais, sendo eles uma fonte de vital importância para a construção da história da sociedade.

## Referências

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria: 1797-1933**. Santa Maria: UFSM, 1989.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. **Os padres palotinos na paróquia de Santa Maria (1896-1937)**. Santa Maria, UFSM, 2005.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. **A Igreja Católica em Santa Maria – 1870 a 1920**. Santa Maria, UFSM [artigo].

DURANTI, Luciana. **The Long-term preservation of authentic electronic records: findings of the interPARES project**. San Miniato: Archilab. 2005.

DURANTI, Luciana. **Diplomatica: usos nuevos para una antigua ciencia**. Carmona, Sevilla: S&V Ediciones. 1996.

KARSBURG, Alexandre de O. **Sobre as ruínas da Velha Matriz: religião e política em tempos de ferrovia**. Santa Maria, 2007.

LIVRO TOMBO número 3 da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. 1989-1915.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **Carta Circular: a função pastoral dos arquivos eclesiásticos**. Editora do Vaticano. Cidade do Vaticano, 1997.